

10 JUN 1985

# A prioridade da economia brasileira é a dívida externa (1)

Luiz Carlos Bresser Pereira (\*)



O problema central da economia brasileira, hoje, é dívida externa e não inflação. O Brasil só logrará equacionar o problema da inflação e da dívida interna se, previamente, negociar de maneira satisfatória a sua dívida externa. Está na dívida externa o obstáculo fundamental ao desenvolvimento econômico, à melhor distribuição da renda e à estabilidade dos preços. Ou seja, aos três objetivos econômicos fundamentais da nação brasileira.

Em 1984, quando as exportações brasileiras deram um extraordinário salto, começou a tornar-se comum entre empresários e economistas conservadores a afirmação de que "o problema da dívida externa já está equacionado, o problema agora está na dívida interna e na inflação". Com isto, colocava-se de lado a necessidade de uma posição mais firme e soberana em relação aos credores internacionais. Ora, essa posição é desejada pelos países credores e, no Brasil, por quem não tem ou o interesse, ou a coragem ou a independência em relação aos países centrais para reconhecer quais são os verdadeiros problemas nacionais.

Para substanciar essa afirmação, produziam-se projeções otimistas no balanço de pagamentos brasileiro segundo as quais o superávit comercial brasileiro cresceria para US\$ 20 bilhões e até para US\$ 25 bilhões nos próximos anos.

Em 1985, com a desacelera-

Em primeiro lugar, há o problema de compatibilização do crescimento econômico com a decisão dos credores de evitar sob todas as formas fornecer novos empréstimos — "dinheiro novo", na sua terminologia — ao Brasil. A idéia do FMI e dos bancos credores é de que o Brasil mantenha próximo de zero a conta corrente de seu balanço de pagamentos, pagando os juros da dívida com superávit em transações reais (superávit comercial menos serviços reais). Como os juros devidos a cada ano são cerca de US\$ 11 bilhões, esta política implica uma transferência real de recursos — e, portanto, de poupança — do Brasil para os países centrais de aproximadamente o mesmo valor, correspondente a cerca de 5% do PIB brasileiro.

E fácil compreender que esse é um obstáculo fundamental ao desenvolvimento

do País. É razoável imaginar que o Brasil tenha superávits em transações reais para pagar parte dos juros devidos, mas o mínimo que o País pode exigir é a manutenção do valor real de sua dívida em dólares. Ora, devido à inflação norte-americana de cerca de 4% ao ano e à dívida brasileira de US\$ 102 bilhões, isto significa recebermos cerca de US\$ 4 bilhões de dinheiro novo a cada ano.

Em segundo lugar, há o problema de autonomia do Brasil em matéria de política econômica. A partir da dívida, os credores e o FMI entendem que têm o direito de orientar — e até monitorar — a economia brasileira. Exigem cartas de intenção recessivas, de acordo com uma visão da economia brasileira equivocada, que considera a inflação o principal problema a ser enfrentado, que diagnostica a inflação como sendo acusada pelo déficit público e pela emissão

de moedas, e que pretende enfrentar o problema principalmente através de medidas de caráter monetário e fiscal. Independentemente do acerto ou equívoco da política econômica exigida pelo FMI, entretanto, o certo é que a definição da política econômica deve caber ao Brasil enquanto país soberano. E para alcançar esse objetivo a dívida externa é um obstáculo cujo enfrentamento e solução é uma condição prévia inescapável.

Em terceiro lugar, há o próprio problema de inflação. Só será possível combater efetivamente a inflação se, previamente, equacionarmos o problema da dívida externa e garantirmos uma "folga cambial", ou seja, se acumularmos reservas internacionais que permitam tomar as medidas de desindexação necessárias para eliminar a inflação autônoma ou inercial existente no Brasil.

Se nos perguntarmos quais foram as causas da aceleração da inflação em 1979-80, quando esta passou de 50 para 100%, e em 1983, quando passou de 100 para 200%, veremos que a causa fundamental foi a dívida externa, traduzida na necessidade de desvalorizar em termos reais o cruzeiro. As demais causas — todas choques de oferta e não de demanda — foram complementares.

A inflação brasileira é essencialmente uma inflação autônoma ou inercial. Os preços sobem impulsionados por choques de oferta, mantendo-se, em seguida, em patamares relativamente estáveis. Essa estabilidade deve-se aos fatores mantenedores da inflação, basicamente à capacidade de cada agente econômico manter a sua participação relativa na renda através da indexação formal e informal de seus preços. Como esses preços são

alterados defasadamente, a inflação passada tende a reproduzir-se autonomamente (independentemente de choques de demanda ou de oferta), ou seja, o movimento inercial dos aumentos defasados dos preços tende a perpetuar-se em sucessivos patamares.

Sucessivos patamares porque qualquer choque de oferta (uma maximização da inflação) constitui-se em fator acelerador da inflação, que eleva a inflação para um novo patamar. Em seguida, uma vez esgotados os efeitos dos choques de oferta, a inflação se mantém estável, inerte, autônoma, em seu novo patamar.

(\*) Secretário de Governo do Estado de São Paulo.

ração esperada, e agora efetivada, da economia norte-americana, essas projeções assumiram todo o seu caráter fantasioso. Neste ano, a projeção do superávit comercial brasileiro já foi oficialmente reduzida de US\$ 12,6 bilhões para US\$ 11,7 bilhões.

Na verdade, podemos enumerar uma série de argumentos em favor desta prioridade para o problema da dívida externa.